



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Ciclo de Estudos Doutoramento
Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

1. Especialidade

Ciências Histórico-Jurídicas

2. Docente responsável (preencher o nome completo)

Professora Doutora Isabel Graes

3. Nome da Unidade Curricular

História da Justiça (2h/semana)

4. Tema / matéria a leccionar

A independência do poder judicial: uma realidade, um mito ou uma preocupação transversal a todo o período contemporâneo?

5. Objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver) e avaliação

Assente no respeito pelo princípio da separação de poderes que as constituições do início do período contemporâneo consagraram como resposta aos abusos perpetrados pelo Absolutismo, adoptando, ora uma redacção mais vincada ora mais subtil ou moderada; a independência do poder judicial revelou-se como o garante da verdadeira administração da justiça. Discutida, desde as primeiras décadas do século XIX, por processualistas, constitucionalistas, teóricos e filósofos do direito, assim como por historiadores do direito; e aplicada por distintos e inúmeros governos, cedo foi possível denotar algumas fragilidades que se convolveram em preocupações estruturais. Por outras palavras, desde essa época, a trajectória traçada transportou-nos da assunção da celeberrima expressão imortalizada por Montesquieu aos movimentos extremados do activismo judiciário, a par de outras tendências judicializantes. Neste contexto, e tendo por base uma perspectiva histórico-jurídica, os alunos são convidados, no presente seminário, por um lado, a analisar a génese e evolução do modelo judiciário implementado no território continental português e nas províncias ultramarinas, sendo sempre que possível estabelecida uma análise de direito comparado. Por outro, é proposta a reflexão em torno das grandes temáticas que delinearão e continuam a definir a Justiça, sendo dada, no presente ano lectivo, a atenção ao princípio da independência do poder judicial como forma de assegurar a prossecução dos direitos fundamentais.

Os diferentes aspectos do programa ministrado serão ilustrados e acompanhados com a análise da legislação vigente, assim como da abordagem de textos doutrinários e decisões judiciais, sendo incentivado o debate.

Ao longo do curso serão ainda convidadas individualidades de destaque do universo judiciário permitindo ao aluno um conhecimento mais detalhado das temáticas em apreço.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Como apoio à leccionação/exposição dos seminários encontra-se disponível o acesso à plataforma moodle [elearning da disciplina em questão- História da Justiça] onde os alunos podem encontrar, sempre que possível, textos digitalizados ou em acesso livre que se relacionem com a matéria abordada, de modo a aprofundar os conteúdos ministrados e a poderem ser utilizados como instrumentos na investigação necessária à elaboração dos relatórios finais.

A avaliação pauta-se segundo o disposto no Regulamento de Avaliação da FDL, correspondendo à elaboração de um Relatório escrito que será exposto oralmente numa das aulas, seguido do respectivo debate pelos alunos.

6. Conteúdos programáticos

- I. Os antecedentes do modelo judiciário português (período medieval e moderno):
 - a. O poder judicial enquanto manifestação do poder régio. A justiça como virtude.
 - b. As instituições judiciárias, a sua especialização e profissionalização. A obediência à lei.
 - c. Os recursos. A fundamentação das sentenças.
 - d. Direito e justiça;
 - e. O bom juiz;
 - f. O arbítrio judicial;
 - g. “Julgar contra o Direito”;
 - h. Os ofícios da justiça;
 - i. As inspecções e correições.
- II. Período Contemporâneo:
 1. Liberalismo, separação de poderes e poder judiciário.
 2. A construção de uma “nova” justiça;
 - 2.1: A justiça comum, especial e excepcional (os tribunais políticos);
 3. Origem e independência do poder judicial;
 4. Os tribunais superiores;
 5. A resposta judicial Novecentista;
 6. Instrumentos da justiça (a uniformização da jurisprudência a ditadura da lei e o poder de julgar);
 7. O tempo e o lugar da justiça. O activismo. A constante ameaça dos *media*.
 8. A Justiça Constitucional;
 9. Os actores judiciários;
 10. Os Conselhos Disciplinares;
 11. A politização da Justiça e a judicialização da política;
 12. Entre a actual crise judiciária e o sonho de uma justiça global;
 13. Algumas fragilidades da justiça do século XXI.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Bibliografia principal

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *A reforma da Justiça criminal em Portugal e na Europa*, Almedina, Coimbra, 2003;

BIGOTTE CHORÃO, Luis, *A I República entre a legalidade e a exceção a propósito do "Poder Judicial*, in Seminário Internacional o Perfil do Juiz na Tradição Ocidental, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 203-222;

O periodismo jurídico português do século XIX, páginas de História da Cultura Nacional Oitocentista, INCM, Lisboa, 2002;

Juristas do franquismo, in Julgar, nº 5 (Maio-Agosto 2008), Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 157-179;

Política e Justiça na I República, Letra Livre, Lisboa, 2010;

Adelino da Palma Carlos, in Figuras do Judiciário (séculos XIX-XX), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 95-109;

CAPELLETTI, Mauro, *Le pouvoir des juges: articles choisis de droit judiciaire et constitutionnel comparé*, Paris, Economica, 1990;

La responsabilidad de los jueces, La Plata, J. U. S. Fundación para la Investigación de las Ciencias Jurídicas, 1988;

Giudici irresponsabili?, Giuffrè, Milano, 1988 e *Giudici legislatori?*, Giuffrè, Milano, 1984;

CARBASSE, Jean-Marie, *Histoire du Parquet*, Droit et justice, PUF, Paris, 2000;

La justice pénale pendant la révolution française; quelques réflexions sur les droits de l'homme, in *Estudios en Homenaje al Profesor Jesus Lalinde Abadía*, Barcelona, 1992, pp. 133-155;

Histoire du droit penal et de la justice criminelle, Paris, PUF, 2000;

CHARLES, Raymond, *La justice en France*, Que sais-je, PUF, Paris, 1964;

DUVE, Thomas *New Horizons in Spanish Colonial Law, contributions to transnational early modern legal history*, Global Perspectives on Legal History, 3, Max Planck Institute for European Legal History, Berlin, 2015, disponível em http://www.rg.mpg.de/gplh_volume_3.pdf ;

FARCY, Jean Claude, *L'histoire de la justice française de la Révolution à nos jours*, PUF, Paris, 2001;

FONTAINE, Philippe, *La justice*, Ellipses, Paris, 2005;

GLASSON, Ernst, *Histoire du droit et des institutions politiques, civiles et judiciaires de l'Angleterre: comparés au droit et aux institutions de la France*, Paris, A. Durand Et Pedone-Lauriel, 1882-1883; Vol. 6 ;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

GONÇALVES, Caetano, *Supremo Tribunal de Justiça (1832-1932), memória crítica no primeiro centenário da sua fundação*, 1ª edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, reeditado em 2002

GRAES, Isabel, *O poder e a justiça em Portugal no século XIX*, AAFDL, Lisboa, 2014;

O Direito Administrativo da Magistratura Judiciária, in *Tratado de Direito Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2017, vol. VII, pp. 135-268;

História da Justiça, colectânea de textos históricos, AAFDL, Lisboa, 2018;

História da Justiça, colectânea de sentenças (séculos XII-XX), AAFDL, Lisboa, 2019;

História da Justiça (Breves considerações acerca do seu objecto e método), in *Anuário de História do Direito Português/Legal History Yearbook I*, IURIS, Centro de Investigação Interdisciplinar, AAFDL Editora, Lisboa, 2020, 1, pp. 65-76;

Temas de História da Justiça, AAFDL, Lisboa, 2021;

GRAES, Isabel, MORALES PAYÁN, Miguel, *España y Portugal¿ Caminos paralelos en busca de la independencia judicial?*, LLR, LVIII, 2017/2, pp. 119-164;

HALPERIN, Jean-Louis, *Le Tribunal de Cassation et les pouvoirs sous la Révolution (1790-1799)*, Paris, L.G.D.J., 1987;

Les décrets d'annulation des jugements sous la Convention, la Révolution et l'ordre juridique privé, rationalité ou scandale?, Actes du Colloque d'Orléans, 11-13 septembre, 1986, CNRS-Université d'Orléans, Paris, PUF, 1988, t. II, pp. 457-468;

Haro sur les hommes de loi, in *Droits*, revue française de théorie juridique, 1993, n.º 17, pp. 55-65;

Avocats et notaires en Europe ; les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporain, Paris, LGDJ, 1996;

Forfaiture des juges et privation de l'office á la fin de l'ancien régime, 2000 e *Histoire des Droits en Europe de 1750 à nos jours*, Paris, Flammarion, 2004;

HESPANHA, António Manuel, *Terão os juizes voltado ao centro do direito*, in *Scientia Iuridica*, 2013, vol. 62, n.º 332, pp. 225-254;

Les magistratures populaires dans l'organisation judiciaire d'ancien régime au Portugal, Sep. de: *Diritto e potere nella storia europea*, atti del quarto Congresso internazionale della Società Italiana del Diritto, in onore di Bruno Paradisi, Leo S. Olschki, Firenze, 1982;

Poder e Instituições no Antigo Regime, colectânea de textos Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984;

As vésperas do leviathan. Instituições e poder político. Portugal- século XVII, Coimbra, Almedina, 1994;

Justiça e litigiosidade: história e perspectivas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993

HILAIRE, Jean, *Histoire des institutions judiciaires*, Paris, Les Cours de droit, 1990-1991, 2 vols. ;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

HOMEM, António Pedro Barbas, *Iudex Perfectus. Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820*, Almedina, Coimbra, 2003;

O espírito das instituições: um estudo de história do Estado, Almedina, Coimbra, 2006

JUGNOT, Gérard, *Histoire de la justice française*, Paris, Litec, Les Cours de droit, 1998.

JOUSSERANDOT, Louis, *Du pouvoir judiciaire et de son organization en France*, Paris, 1878;

KRYNEN, Jacques, *L'élection des juges. Étude historique française et contemporaine*, Paris, PUF, 1999 ;

LEFEBVRE, René, *La justice*, Ellipses, Paris, 2000;

MARTÍN-PALLÍN, Jose Antonio, *La guerra de los jueces*, editorial Los libros de la Catarata, Madrid, 2022;

NOGUEIRA, José Artur Duarte, *A arbitragem na História do Direito Português*, Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, Nova Série, nº 20 (Nov. 1996), pp. 9-35;

PINTO OSÓRIO, *No campo da justiça*, Martins e Irmão, Imprensa Comercial, Porto, 1914;

RODRIGUES, Cunha, *Modelos de governo do poder judicial – alternativas*, in Lugares do Direito, Coimbra, 1999; ROGHETTINI, Stella *La politicizzazione di un potere neutrale*, in Rivista Italiana di Scienza Politica, 2/1995, pp. 227 e ss.;

RODRIGUES, Maria de Lurdes, [et al.], *40 anos de políticas de Justiça em Portugal*. Almedina, Coimbra, 2017

ROUSSELET, Marcel, *Histoire de la justice*, PUF, Paris, 1948;

RASSAT, Michèle-Laure, *La justice en France*, 7^e ed., Paris, 2004;

ROUSSELET, Marcel e AUBOUIN, Jean-Michel, *Histoire de la justice*, 5^{ème} ed., Paris, Puf, 2008;

JEAN-PIERRE ROYER, *Témoignages et monitoires: de l'affaire du chevalier de la Barre à l'oralité des débats au XIX^e siècle*, in *Histoire de la justice*, 2014/1 (n.º 24), pp. 103-114;

François Rabelais ou les lenteurs nécessaires de la justice, in *Histoire de la justice*, 2013/1 (n.º 24), pp.53-64;

Du simple à l'économe : les évolutions de la carte judiciaire à l'époque révolutionnaire, *Histoire de la justice* 2011/1 (Nº 21), p. 101-106 ;

Au-delà de la chronique judiciaire, la presse pendant la Révolution (de 1789 à l'an II), *Histoire de la justice* 2010/1 (Nº 20), p. 57-67 ;



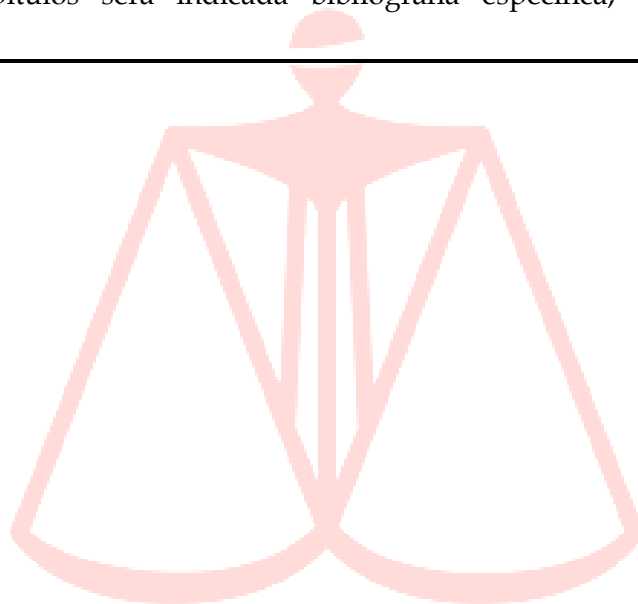
FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SANTOS, Boaventura Sousa, et al., *Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português*, Edições Afrontamento, Porto, 1996

TARUFFO, Michele, *La motivazione della sentenza civile*, CEDAM, Padova; 1975;
Il modelo burocrático di amministrazione della giustizia, in *Democrazia e Diritto*, ano 33, n.º 3, 1993, pp. 249-265

TIMSIT, Gérard, *Gouverner ou juger, blasons de la légalité*, PUF, Paris, 1995.

Para cada um dos capítulos será indicada bibliografia específica, assim como a legislação correspondente.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA